



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Requerimento nº 19/2008 (Do Sr. Luiz Couto)

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a criação de **Subcomissão Permanente** destinada a tratar de temas relacionados à violência institucional e atuação dos serviços de segurança públicos e privados.

JUSTIFICAÇÃO

A violência cometida por agentes do Estado é uma das modalidades de violações dos direitos humanos mais graves e persistentes no Brasil. Ela tem lugar em dependências policiais, nas instituições de internação de adolescentes infratores, nas ruas, nas periferias, nos campos e nos estabelecimentos prisionais. Caracteriza-se pelas condições degradantes de detenção, tortura, espancamentos, ameaças, execuções sumárias, ação de grupos de extermínio formado basicamente por policiais. A existência de tais violações é apontada pelos relatórios de relatores da ONU que fizeram visitas oficiais ao Brasil nos últimos anos, sendo que o do Conselho de Direitos Humanos da instituição indica como um dos principais desafios a serem superados pelo nosso país.

A inversão de papéis também ocorre, de forma crescente, nos serviços de segurança privada, cujos contingente aumentaram a ponto de somarem hoje mais que o número de agentes de segurança pública. É significativo o aumento das denúncias e notícias de violações de direitos humanos envolvendo agentes (formais e informais) da segurança privada. Consideramos necessário um olhar mais atento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para essa problemática. Afinal, o crescimento vertiginoso da atividade de segurança privada tem sido acompanhado de preocupante número de atos que associam brutalidade e ausência de treinamento adequado.

A título de exemplo, citamos o episódio do assassinato do jornalista Jonas Eduardo Santos de Souza, em dezembro de 2006, no Rio de Janeiro, por um segurança do Banco Itaú, que atirou no jornalista depois que este foi barrado na porta giratória da agência de que era cliente há mais de 10 anos. A condição de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



ser uma pessoa negra é apontada como "motivador" da desastrada ação do segurança. No meio rural, exemplificamos com a tragédia ocorrida em 2007 na fazenda da Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste-PR, em que milícias privadas ligadas à empresa de segurança que prestava serviços à multinacional suíça dona da citada fazenda atacou trabalhadores rurais que ocupavam a fazenda, executando um e deixando outra gravemente ferida.

Ações fora dos padrões legais também têm se multiplicado entre guardas municipais. Muitas em situação irregular, contrariam o Estatuto do Desarmamento, utilizando armamento pesado, sem treinamento para tanto, além de realizar atividades típicas do policiamento ostensivo, provocando violações de direitos humanos e expondo toda a sociedade a riscos para a segurança de todos.

Também deve ser objeto do acompanhamento cuidadoso da Subcomissão ora proposta a situação dos presídios, instituições de cumprimento de medidas socio-educativas e outras instituições totais. Garantir o tratamento digno das pessoas sob a guarda do Estado é pressuposto indispensável para os direitos humanos.

Sala das Comissões, 24 de março de 2008

Deputado Luiz Couto-PT/PB